

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: RJ prevê perda de R\$ 10 bi por causa da pandemia e redução de royalties	2
Título: Governo estuda suspender reajuste tarifário da energia.....	3
Título: Destaques	6
Título: Portal Solar prevê alta de 20% de negócios em março	6
Título: CBMM cresce em 2019, mas crise mundial gera incerteza	7
Título: Concessões vão exigir reequilíbrio de caixa	10
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Petrobras propõe triplicar teto para bônus a diretores apesar de crise	13
Título: Doria diz que David Uip foi diagnosticado com Covid-19.....	14
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: Doença atingiu lideranças em Brasília e já impôs mudanças	16
Título: Um bom exemplo.....	17

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 24/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Carro — Do Rio****Título: RJ prevê perda de R\$ 10 bi por causa da pandemia e redução de royalties**

A desaceleração econômica provocada pelo avanço do novo coronavírus e a queda nas cotações do petróleo devem tirar neste ano R\$ 10 bilhões dos cofres do governo do Estado do Rio de Janeiro. A estimativa - da Secretaria de Fazenda fluminense - leva em consideração uma redução de R\$ 3,5 bilhões (-8%) na arrecadação de ICMS e uma queda de R\$ 4 bilhões na receita de royalties e participações especiais oriundos da produção de petróleo e gás. Entra na conta também um aumento de R\$ 2,5 bilhões nas despesas relacionadas a contratos de securitização de royalties assinados em gestões anteriores.

O impacto negativo de R\$ 10 bilhões no caixa estadual equivale a quase 14% de toda a receita líquida do Estado prevista para 2020 no projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovado em dezembro pela Assembleia Legislativa. “Se já tínhamos uma dificuldade gigantesca de voltar a pagar o serviço da dívida [do Estado com a União] em setembro, agora há uma impossibilidade material de fazê-lo”, disse o secretário estadual de Fazenda, Luiz Claudio Rodrigues de Carvalho, em entrevista ao **Valor**.

Único Estado dentro do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o Rio - por força dos termos do acordo de socorro financeiro assinado em 2017, no governo Michel Temer - de desembolsar R\$ 2,3 bilhões neste ano.

Para compensar a frustração de receitas, o Estado planeja contingenciar mais R\$ 3,8 bilhões em despesas. O contingenciamento inicial previsto para este ano - antes da crise atual - era de R\$ 10 bilhões. Desse total, R\$ 2,3 bilhões se referiam ao serviço da dívida com a União. Outros R\$ 3,9 bilhões são recursos relacionados ao pagamento de um empréstimo contraído com o BNP Paribas em 2017.

Em ambos os casos, o governo fluminense vinha negociando alternativas para postergar o pagamento dos débitos. Com isso, o Rio não precisaria dispor de recursos para quitar essas obrigações específicas em 2020.

Nesse cenário, portanto, o “contingenciamento real” de despesas previstas no orçamento fluminense seria de R\$ 3,8 bilhões, esclareceu Carvalho. “Dobrou [o contingenciamento real]”, projetou o secretário de Fazenda do Rio. “Vamos ver

se as medidas que estamos tomando, principalmente de aumento de receita, de transferência voluntária, vão se realizar.”

O governo fluminense pleiteia junto à União a transferência direta de recursos do Tesouro Nacional para o caixa do Estado. Pela proposta, um valor entre R\$ 1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão viria do Fundo Nacional de Saúde (FNS). A verba poderia ser utilizada unicamente na área de saúde. O Estado do Rio também defende que o Tesouro Nacional transfira recursos para livre aplicação.

“Não é para recompor a perda de arrecadação. É simplesmente para dar liquidez aos Estados para que eles não quebrem e propaguem uma crise sistêmica”, justificou Carvalho. “Hoje, o grande paradoxo está em colocar todo mundo dentro de casa e prevenir uma infecção e, ao mesmo tempo, disparar uma crise econômica sem precedentes. Como equalizamos essas duas variáveis?”

O secretário destaca que a contração das receitas pode ir além do previsto pela Fazenda estadual. No caso dos royalties, a perda de R\$ 4 bilhões se baseia num dólar cotado a R\$ 4,60 e num preço de US\$ 35 pelo barril de petróleo. Ontem, a moeda americana terminou o dia cotada a R\$ 5,13, e o petróleo do tipo Brent, a US\$ 27,03.

Mais à frente, com o fim da guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita, a expectativa do governo do Rio é que o preço do petróleo se estabilize num patamar mais alto. No fim de janeiro, o valor do barril do Brent estava pouco abaixo de US\$ 60.

Além de prejudicar a arrecadação de royalties e participações especiais, a retração nos preços da commodity disparou “gatilhos” estipulados em contratos de securitização (conversão em títulos) do fluxo futuro de royalties. O acionamento de cláusulas destinadas a proteger os credores acabou por encarecer os contratos assinados com investidores estrangeiros entre 2014 e 2018.

Fonte que acompanha de perto as negociações em torno da revisão do RRF conta que o deputado federal Pedro Paulo (DEM-RJ), relator do Plano Mansueto, vem se mostrando sensível a alterações no texto da proposta de lei complementar devido à pressão por gastos gerada pela covid-19.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Letícia Fucuchima — Do Rio e de São Paulo

Título: Governo estuda suspender reajuste tarifário da energia

O comitê setorial de crise, instituído pelo **Ministério de Minas e Energia**, com participação de autoridades e agentes do setor elétrico, estuda a possibilidade de suspender temporariamente a aplicação de reajustes tarifários das distribuidoras e a aplicação de descontos nas contas de luz dos clientes residenciais, apurou o **Valor** com fontes próximas do assunto. As duas propostas foram apresentadas em reunião do comitê realizada ontem. Porém, ainda não há definição sobre o que de fato será implementado.

Criado na última semana, o comitê trabalha na elaboração de um pacote emergencial para garantir a sustentabilidade econômica e financeira do setor elétrico diante da crise provocada pelo agravamento do surto do coronavírus no país. O **Valor** apurou que a ideia é lançar o pacote em duas frentes. A primeira seria de curtíssimo prazo, com algumas flexibilizações pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para impedir que as elétricas sejam penalizadas por adotar práticas alinhadas às recomendações do Ministério da Saúde, como o fechamento de agências de atendimento.

Já a segunda frente deve endereçar os efeitos de médio prazo ao setor elétrico. Como ainda não está claro o tamanho do impacto financeiro às companhias, esse conjunto de medidas pode demorar um pouco mais para ser lançado, avaliam fontes.

A expectativa de integrantes do comitê é de que uma resolução da Aneel sobre o tema seja publicada até o fim da semana.

As ações em estudo estão centradas no segmento de distribuição, mais exposto à crise. No mercado, a avaliação é de que as distribuidoras podem enfrentar uma sobrecontratação, dada a expectativa de redução do consumo de energia. Além disso, com a piora da renda e da capacidade de pagamento da população, também se espera aumento temporário da inadimplência.

No caso dos reajustes tarifários das distribuidoras, a ideia é que os cálculos sejam processados e homologados pela Aneel, mas tenham a sua aplicação postergada. As correções nas tarifas dependeriam de despacho do regulador sem prazo definido.

Com relação aos descontos para a classe residencial, eles poderiam ser feitos por três meses, de acordo com a faixa de consumo do cliente. A medida dependeria de aporte do Tesouro.

Também é estudada a suspensão da aplicação de bandeiras tarifárias até junho de 2020. A medida, porém, pode ter pouco efeito, dado que existe a possibilidade de as bandeiras permanecerem verde (sem custo adicional) ao

longo do ano, devido à previsão de queda drástica do consumo de energia no país.

Outro ponto discutido é a aprovação de um empréstimo do BNDES para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para repasses diretos às distribuidoras, a fim de blindar o restante da cadeia de energia elétrica dos efeitos mais danosos da crise gerada pela pandemia.

Analisa-se ainda suspender a obrigatoriedade de entrega da fatura impressa no endereço das unidades consumidoras - no lugar, seriam enviadas faturas eletrônicas. A distribuidora só poderia cortar o fornecimento por inadimplência nos casos em que o consumidor já tivesse efetuado um primeiro pagamento de fatura recebida eletronicamente.

O pacote emergencial nasce de um esforço coordenado do setor, após o surgimento de iniciativas estaduais e municipais com propostas de suspensão do pagamento da conta de luz ou proibição do corte do fornecimento por inadimplência. Na semana passada, a Abradee (associação das distribuidoras) chegou a questionar medidas nesse sentido, por entender que elas poderiam causar “inadimplência generalizada” no setor e só poderiam ser implementadas após um amplo debate.

De acordo com o presidente da Abradee, Marcos Madureira, o comitê setorial de crise tem priorizado ações para garantir o atendimento aos consumidores, mas já começou a “olhar para o futuro” e pensar também nos impactos de médio prazo.

O presidente da comissão de energia do conselho federal da OAB, Gustavo de Marchi, observa que o Brasil possui particularidades, como a alta informalidade na economia, que exigem do governo e da Aneel soluções mais sofisticadas e criativas. “Algumas medidas cogitadas, como a postergação de cobranças de faturas, poderão gerar efeitos nefastos para a sobrevivência das concessionárias, se não estiverem atreladas a mecanismos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro”, avalia.

Para Fabiana Vidigal, sócia do Carvalho, Machado e Timm Advogados, também poderiam ser consideradas medidas tributárias para compensar a redução de receitas que geradoras, transmissoras e distribuidoras, de energia e de combustíveis, poderão sofrer, mas terão que continuar a prestar os serviços de maneira segura e ambientalmente responsável no período.

A Abrace, entidade que representa grandes consumidores industriais de energia, aponta que não se pode perder de vista os efeitos de longo prazo dessas medidas. A indústria sentirá a pressão financeira da crise em seus

contratos de energia e, dependendo das ações tomadas, a situação pode se tornar “insustentável”, diz a associação.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	24/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petroleiras gastam menos

A Royal Dutch Shell e a Total suspenderam programas de recompra de ações e anunciaram bilhões de dólares em cortes nos investimentos operacionais e em bens de capital, somando-se às grandes petrolíferas mundiais que tentam se proteger das turbulências no mercado de petróleo, informou o “Financial Times”. A Shell reduzirá os investimentos para US\$ 20 bilhões ou menos neste ano, abaixo dos planos iniciais de US\$ 25 bilhões, enquanto os custos operacionais serão entre US\$ 3 bilhões e US\$ 4 bilhões mais baixos que em 2019. Já o executivo-chefe da Total, Patrick Pouyanné, anunciou corte de 20% nos investimentos, para menos de US\$ 15 bilhões. Além disso, o grupo francês terá como meta gerar economias adicionais de custo de quase US\$ 500 milhões frente ao ano passado.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	24/03/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Rodrigo Polito — Do Rio
Título:	Portal Solar prevê alta de 20% de negócios em março

O dado considera o efeito da pandemia do novo coronavírus na economia

O Portal Solar, plataforma eletrônica de intermediação entre consumidores interessados, fornecedores e instaladores de sistemas de energia solar fotovoltaica distribuída, prevê um crescimento de 20% do número de financiamentos para a aquisição e implantação dos equipamentos em março, em relação a janeiro. O dado considera o efeito da pandemia do novo coronavírus na economia e na sociedade.

Segundo Rodolfo Meyer, presidente executivo do Portal, que realiza os financiamentos em parceria com o banco BV, a comparação com o mês de fevereiro não é válida, por causa do efeito do carnaval, que reduz a busca por sistemas de geração a energia solar. Apenas para efeito de comparação, entre março e fevereiro, a expectativa é de um crescimento de 40%.

O número absoluto de operações de financiamentos e o respectivo valor total previstos para março não foram informados. O tíquete médio das operações, no entanto, é de R\$ 32 mil. O portal registra entre 200 mil e 400 mil acessos por mês e possui 15 mil empresas cadastradas.

Com relação à crise econômica oriunda das medidas de combate ao novo coronavírus, Meyer disse que o setor de geração de energia solar distribuída sente uma queda da demanda, mas acredita que o efeito será conjuntural.

“Este é um mercado ainda pequeno e com uma demanda enorme”, disse o executivo. Segundo ele, outro fator que pode impulsionar o mercado de geração distribuída é o crescente número de pessoas fazendo teletrabalho (“home office”), o que causará um aumento do consumo de energia residencial e consequentemente da tarifa. Nesse caso, aumenta a competitividade dos sistemas de geração solar. Meyer lembra que o varejo é o principal nicho de mercado do portal.

Com relação ao fornecimento de equipamentos, o executivo disse que a importação dos componentes, sobretudo da China, continua ocorrendo normalmente.

Outro ponto favorável, na opinião dele, é a nova linha de crédito aberta pelo portal e o BV, em fevereiro, antes ainda dos efeitos da pandemia para a economia brasileira. A nova linha prevê período de carência de 90 dias e parcelamento em até 72 vezes.

Pelos cálculos do portal, o alongamento do prazo possibilita que a economia na conta de luz com o sistema solar seja maior do que a parcela do financiamento em cerca de 70% das operações de crédito contratado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Ivo Ribeiro

Título: CBMM cresce em 2019, mas crise mundial gera incerteza

A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), maior fabricante mundial de produtos industrializados de nióbio, fechou 2019 como um dos

melhores resultados em sua história: lucro líquido de R\$ 2,9 bilhões e aumento de 16% na receita. A empresa divulga o balanço em meio a um cenário em que economias do mundo inteiro estão entrando em grandes dificuldades devido aos impactos da covid-19, doença viral que atingiu inicialmente a China e se espalhou pelo mundo.

A China, seu maior cliente, caminha para superar o surto de coronavírus, mas as medidas drásticas que tomou deixaram marcas na economia - queda forte da produção industrial. A Europa, também uma grande consumidora de nióbio, enfrenta a proliferação do coronavírus. Ao mesmo tempo, outros países da Ásia, do Oriente Médio, Américas do Norte e América Latina.

A CBMM ainda mantém a previsão de 2020 não revisada, mas certamente terá de fazer ajustes no orçamento de 2020. O plano traçado projeta vendas de 100 mil toneladas de produtos de nióbio, ante 91,3 mil do ano passado. A China levou 35 mil toneladas desse volume para abastecer principalmente suas usinas de aço.

Ricardo Lima, vice-presidente executivo da CBMM, disse ao **Valor** que a companhia acompanha minuciosamente os desdobramentos da covid-19, em contatos constantes com pessoas nessas regiões. “A China, por informações que temos de clientes, começa a retomar a normalidade das atividades. Da nossa parte, estamos tomando ações para mitigar potenciais problemas”.

Lima informa que foi feito um reforço nos estoques das subsidiárias nos EUA, Europa e Ásia em mais de 20 armazéns nessas regiões ao longo dos últimos meses. “São suficientes para o período de três meses”, disse. Segundo o executivo, isso foi possível porque a empresa operou com 10% acima da capacidade nominal de suas unidades em 2019, produzindo 110 mil toneladas.

Isso já foi uma estratégia de reposição e reforço de estoques de produtos para um cenário de demanda em alta. “Estamos tranquilos no que diz à entrega de produtos aos clientes”, afirma Lima, admitindo que o cenário atual é muito complicado mundialmente.

Na semana passada, o escritório central, em São Paulo, e as áreas administrativas em Araxá (MG) passaram a trabalhar em regime de home office. Até aquele momento, afirmou, não havia plano de contingência para as operações das minas de nióbio e de metalurgia das ligas, localizadas próximas da cidade de Araxá.

Uma preocupação adicional é com a alta do dólar frente ao real, mesmo a empresa sendo eminentemente exportadora. Alumínio, cotado na moeda americana, é o principal insumo da CBMM, usado nas unidades de metalurgia

das ligas pelo processo de aluminotermia. Na parte financeira, estima-se um pequeno impacto cambial sobre a dívida da empresa, que é baixa e em grande parte na moeda japonesa, comenta Alex Amorim, diretor financeiro.

A companhia, controlada pela família Moreira Salles, e 30% de dois consórcios asiáticos de consumidores de nióbio e tradings, fechou o ano com caixa de R\$ 1,97 bilhão e dívida líquida de R\$ 500 milhões. A empresa registrou aumento de 16% na receita líquida, para R\$ 8,6 bilhões, puxada por câmbio - a CBMM vende 95% no exterior - e maior volume vendido. O Ebitda foi a R\$ 5,4 bilhões, alta de 8,5% diante do ano anterior.

O ganho final, na última linha do balanço, cresceu 6,1%, comparado com desempenho de um ano atrás. O valor de R\$ 2,9 bilhões já é descontado do pagamento feito à estatal mineira Codemig pela exploração de sua reserva de nióbio em Araxá, contígua à da CBMM. A estatal embolsou R\$ 1,2 bilhão (valor bruto).

As vendas, em volume, somaram 91,3 mil toneladas no ano passado, com 3% de alta sobre o volume de 2018, um ano em que a China havia ampliado suas compras em 26% em decorrência de ampliação do uso do nióbio em aços estruturais (utilizados em obras de construção).

O mercado chinês absorveu 35 mil toneladas das vendas de 2019 da CBMM e outros países da Ásia (Japão e Coreia do Sul, principalmente) ficaram com pouco mais de 18 mil toneladas. O terceiro maior mercado é formado por Europa e Oriente Médio - 29%. As Américas, puxadas por EUA e Brasil, responderam por 16%.

Na estratégia de crescer em novos negócios, como o de baterias para carros elétricos, entre outras aplicações, a CBMM, disseram Lima e Amorim, vai concluir no segundo semestre seu plano de expansão da capacidade, que crescerá 50%, a 150 mil toneladas de produtos de nióbio (ligas de ferronióbio e outras, com níquel e alumínio, por exemplo). Nesse projeto foram investidos R\$ 450 milhões apenas no ano passado, do total de R\$ 597 milhões desembolsado.

“Com isso, teremos capacidade para atender o mercado até 2023/2024 ou, se houver alguma desaceleração econômica mundial, por causa dos problemas do surto de coronavírus, até 2025 - um ano de atraso, cremos”, afirmou o vice-presidente da CBMM.

Segundo os dois executivos, a empresa definiu mais R\$ 570 milhões para este ano. O plano abrange, além da maior capacidade de produção, melhorias de processos industriais e programas de tecnologia, cujo orçamento sobe a cada ano. Atualmente, o dinheiro alocado já é de R\$ 200 milhões anuais.

A razão é que o foco da empresa continua no desenvolvimento de novas tecnologias do nióbio, mesmo dentro do negócio siderurgia, o carro-chefe. Hoje, 90% da receita vem da venda de ferro-nióbio. Em dez anos, a previsão é que outros negócios sejam 40%.

O programa mais avançado é o que está em curso com a Toshiba, no Japão, de uma bateria à base de lítio para carro elétrico que leva uma placa com liga de nióbio. Só nesse programa são R\$ 40 milhões. Já está na fase de testes e em 2022 deverá começar o primeiro volume de venda para montadoras.

Ao mesmo tempo, trabalha em várias iniciativas - em parcerias com empresas, instituições e universidades - e investe em novas áreas, como a de grafeno, para desenvolver ligas também com nióbio. Neste segmento, adquiriu 26% da 2DM, de Cingapura, e prevê a compra de outra startup, nos EUA, neste ano. “O crescimento sustentável da CBMM passa pela inserção tecnológica do nióbio”, diz Lima.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 24/03/2020

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner — De Brasília

Título: Concessões vão exigir reequilíbrio de caixa

Os contratos de concessão na área de infraestrutura devem ter uma onda sem precedentes de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por causa da perda abrupta de demanda provocada pelo avanço do novo coronavírus.

A avaliação praticamente unânime de advogados e executivos das concessionárias é que, diferentemente da recessão de 2015-2016, desta vez os prejuízos verificados não constituem risco do negócio e são decorrentes de “caso fortuito” e “força maior”. Com isso, a tendência é que repactuações contratuais sejam um tema predominante nas agências reguladoras quando a atual situação de emergência sanitária acabar.

Um dos maiores imbróglios envolve o setor elétrico. As distribuidoras de energia observam redução acelerada do consumo, devido ao fechamento de shopping centers e grandes edifícios de escritórios, mas continuam precisando honrar contratos de longo prazo com as geradoras.

Uma pequena amostra do descompasso pode ser vista com os dados mais recentes do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) - que ainda nem

captam a ampliação da quarentena em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Na sexta-feira passada, o consumo do sistema interligado caiu 6% na comparação com o mesmo dia da semana anterior. No domingo, houve redução de 8,9%. O aumento da demanda nas residências, com as mudanças na rotina de trabalho, não tem compensado a diminuição no comércio e serviços.

E ninguém sabe o que ainda vem por aí. O risco - principalmente se a retração da atividade econômica se prolongar - é do que se chama, no jargão do mercado, de “sobrecontratação involuntária” das distribuidoras. Hoje elas têm direito de repassar o excedente à tarifa dos consumidores quando há um pequeno erro de cálculo e compram mais energia das geradoras do que a demanda verificada. O limite, hoje de 5%, pode tornar-se insuficiente diante da nova realidade.

“Não sabemos qual é a solução, ela terá que ser coordenada pelos **ministérios de Minas e Energia** e da Economia”, diz o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Aurélio Madureira.

Além disso, tem havido pressão de governadores e conselhos de consumidores para que não haja incidência de multa sobre contas em atraso e desligamentos de luz no caso de inadimplentes, durante o período de quarentena. “As empresas têm se dedicado, nos últimos dias, à reorganização de suas atividades para manter a qualidade na prestação dos serviços”, afirma Madureira. “Mas não podemos deixar de pensar também no que é importante, mais adiante, para o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.”

Atingidas por uma queda de 75% na movimentação de passageiros domésticos e de 95% nos voos internacionais, as operadoras de aeroportos conseguiram um alívio momentâneo. O governo adiou, para dezembro, o pagamento da parcela anual de outorga dos contratos - que vencem entre maio e julho. As concessionárias devem aproveitar o prazo maior para formular pedidos de reequilíbrio à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

No aeroporto de Brasília, administrado pela Inframérica, já se planeja fechar temporariamente o píer norte - que corresponde a quase metade da capacidade do terminal de passageiros - como adaptação à conjuntura.

Com menos passageiros, não só a receita com tarifas (cobradas de passageiros e empresas aéreas) diminui, mas também as receitas comerciais (como aluguel de espaço para lojas e lanchonetes). Tudo isso deve entrar na conta de um possível

pedido de reequilíbrio econômico, segundo o diretor de assuntos corporativos da Inframérica, Rogério Coimbra.

De acordo com ele, o foco agora são o ajuste nas operações e o reforço nas ações de segurança sanitária, mas a crise atual configura um caso de “força maior” e exigirá eventual repactuação. “Já existe um enquadramento contratual para proceder esse reequilíbrio, mas não é algo trivial, que você pede hoje e sai na semana que vem”, afirma o executivo.

Um dos advogados mais conceituados no setor e ex-diretor da unidade de PPPs do antigo Ministério do Planejamento, Maurício Portugal Ribeiro distribuiu mensagem a clientes, no fim da semana passada, ressaltando a importância de que as concessionárias “documentem o mais detalhadamente possível” mudanças em suas atividades operacionais por causa da pandemia, aumentos de custos e reduções de receitas decorrentes das alterações feitas.

“Entendemos que, evidentemente, todo o esforço é necessário para salvar vidas. Ao lado disso, é preciso documentar esses esforços para preservar direitos e garantir a sustentabilidade econômico-financeira dos contratos”, acrescentou Ribeiro no e-mail.

Ele lembra que o estado de calamidade pública, por si só, não tem o efeito de suspender obrigações contratuais. Por isso, entende que pode ser viável buscar decisões administrativas ou judiciais para flexibilizar, provisoriamente, exigências de investimentos e aplicações de multas.

O advogado aponta uma série de incertezas para os futuros reequilíbrios. Nas PPPs de hospitais, diante da situação que se vive hoje, talvez nem tudo possa estar sendo devidamente documentado. Como fica? Depois da experiência massiva de trabalho, talvez mais empresas adotem esse expediente e haja menos gente usando transporte público. Uma concessionária de metrô poderá considerar isso na equação ao pleitear reequilíbrio contratual?

Para o presidente de um grupo com bilhões de reais investidos em infraestrutura de transportes e que pede para não ser citado, é importante que não haja “excesso de formalismo” na hora de avaliar os pedidos de repactuação e todos lembrem o momento de gravidade: “Vamos precisar de um pacto entre governo, Judiciário, Congresso, TCU e Ministério Público.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 24/03/2020****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras propõe triplicar teto para bônus a diretores apesar de crise**

Após sacar empréstimo em bancos, estatal quer separar R\$ 11,8 milhões para premiar executivos em 2020

Rio de Janeiro- Enquanto busca soluções para lidar com a crise do coronavírus e a queda do preço do petróleo, a Petrobras está propondo a seus acionistas triplicar o teto para pagamento de bônus a sua diretoria. A medida provocará um aumento de 26,6% na projeção de gastos com salários e benefícios dos executivos.

A proposta, que será debatida em assembleia de acionistas agendada para o dia 22 de abril, já contempla mudança feita na política de remuneração variável da companhia adotada em 2019 e criticada por sindicatos, por ampliar a diferença entre a premiação dos executivos e a dos demais trabalhadores.

Foi divulgada no mesmo dia em que a estatal informou que vai recorrer a US\$ 8 bilhões (cerca de R\$ 40 bilhões) de linhas de crédito para enfrentar a crise, que levou o petróleo a bater na semana passada os níveis mais baixos em 17 anos.

Segundo o documento enviado aos acionistas, a Petrobras propõe desembolsar R\$ 43,3 milhões para pagar salários, benefícios, bônus por desempenho e encargos a seus administradores no período entre abril de 2020 e março de 2021. No mesmo período do ano anterior, foram R\$ 34,2 milhões.

O presidente da companhia, Roberto Castello Branco diz que os salários não serão reajustados — para eles, a Petrobras reservou R\$ 14,1 milhões, uma média de R\$ 120 mil (incluindo 130) por diretor.

Segundo ele, 91% do aumento corresponde à provisão para remuneração variável, item que compreende os bônus por desempenho: a proposta mais que triplica o teto de gastos para o pagamento dos bônus, que passa de R\$ 3,3 milhões em 2019 para R\$ 12,5 milhões.

Desse total, R\$ 700 mil referem-se a uma parcela da remuneração variável de 2018, que foi dividida em quatro prestações. Assim, a projeção de prêmios pelo desempenho de 2019 é de R\$ 11,8 bilhões, mais que o dobro dos R\$ 5,5 bilhões (considerando as parcelas que ainda restam) de 2018.

Daria uma média de R\$ 1,3 milhão por diretor, incluindo os encargos. A Petrobras diz, porém, que o valor que final ainda está sendo apurado. Em nota, informou apenas que as projeções consideram o centro das metas previstas no programa de remuneração — que garante dez salários de bônus ao presidente e aos diretores.

Em nota enviada à Folha, a Petrobras defende que o pagamento dos bônus “refere-se ao cumprimento de metas desafiadoras estabelecidas para 2019. No ano, a estatal teve lucro recorde de R\$ 40 bilhões, impulsionado pela receita obtida com venda de ativos como gasodutos e ações da BR.

O aumento na premiação dos executivos é fruto do Programa de Prêmio por Performance, instituído em 2019 em substituição à antiga PLR (Participação nos Lucros e Resultados). Segundo a estatal, o novo modelo “visa valorizar a meritocracia e trazer flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 24/03/2020

Seção: Saúde

Autor:

Título: Doria diz que David Uip foi diagnosticado com Covid-19

Médico está no comando do enfrentamento ao coronavírus no estado de SP
São Paulo O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), confirmou nesta segunda-feira (23) que David Uip, médico infectologista e coordenador do Centro de Contingência do Coronavírus, está com a Covid-19. O anúncio foi feito pelo governador no Twitter.

“Ele está isolado, passa bem e permanecerá em sua residência. Há pouco me submeti ao teste e, assim que obtiver o resultado, divulgarei”, disse o governador, que esteve ao lado de Uip em entrevistas ao longo da semana passada.

O prefeito Bruno Covas (PSDB), seguindo orientação médica, também vai se submeter ao teste para verificar se está com o coronavírus. Ele ficará isolado, trabalhando em seu gabinete, até que o resultado seja publicado.

Covas passa por tratamento para combater um câncer na região do estômago desde outubro do ano passado. Depois de completar oito sessões de quimioterapia, o prefeito passou, no final de fevereiro, a fazer um tratamento com imunoterapia para a metástase nos linfonodos.

Como adiantado pela coluna Mônica Bergamo, Uip acordou nesta segunda com

febre e tosse, foi submetido ao teste para Covid-19 no Hospital Sírio-Libanês, na capital paulista, e já entrou em isolamento.

A convite do governador João Doria, o infectologista e ex-secretário de estado da Saúde lidera um grupo formado por 12 especialistas em saúde, que monitora permanentemente o cenário epidemiológico do coronavírus no estado de São Paulo, no Brasil e no mundo.

É o primeiro caso de coronavírus entre as autoridades que combatem a pandemia no estado de SP

No governo federal, ao menos 24 pessoas que fizeram parte da comitiva do presidente Jair Bolsonaro em visita aos EUA no início do mês já foram diagnosticadas com o novo coronavírus.

Apesar de ter tido contato com essas pessoas, Bolsonaro afirmou que manterá sua rotina no Palácio do Planalto e que pode fazer novos testes. “Fiz dois testes. Talvez faça mais um porque eu sou uma pessoa que tenho contato com muita gente”, disse.

Principais infectados próximos a Bolsonaro

Augusto Heleno

Ministro-chefe do GSI

Bento Albuquerque

Ministro das Minas e Energia

Fabio Wajngarten

Chefe da Secom

Mauro Cid

Ajudante de ordens da Presidência

Filipe Martins

Assessor internacional da Presidência

Coronel Suarez

Diretor do Departamento de Segurança Presidencial

Carlos França

Chefe do Cerimonial da Presidência

Sergio Segovia

Presidente da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações)

Marcos Troyjo

Secretário especial do Comércio Exterior do Ministério da Economia

Karina Kufa

Advogada do presidente

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/03/2020

Seção: Especial

Autor:

Título: Doença atingiu lideranças em Brasília e já impôs mudanças

Congresso adota votações virtuais; 23º membro de comitiva testa positivo
O novo coronavírus tem atingido em cheio algumas das principais lideranças políticas em Brasília. A multiplicação de casos começou com a viagem da comitiva do presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos, no início de março. No fim de semana, foi confirmado o 23º infectado: o presidente da Federação das Indústrias de Rondônia, Marcelo Thomé. Entre os outros membros do grupo com o Covid-19 estão o secretário especial de Comunicação, Fabio Wajngarten, e o senador Nelsinho Trad (PSD-MS).

O caso de Trad acendeu o sinal de alerta no Congresso. Para evitar a aglomeração de parlamentares no plenário, Câmara e Senado aprovaram a adoção de um sistema de votação virtual para não interromperem as atividades por causa da pandemia. Na última quarta-feira, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), revelou que estava com a doença e tem comandado as atividades da Casa por meio do celular, já que se encontra isolado na residência oficial. O diagnóstico positivo de Alcolumbre para o novo coronavírus acabou colocando de quarentena também o presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli. Os dois participaram de uma reunião juntos na segunda-feira, dois dias antes do presidente do Senado descobrir que estava com a doença.

Já no Planalto, outros colaboradores do presidente também testaram positivo: o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno, e o assessor para assuntos da área internacional da Presidência, Filipe Martins. Bolsonaro já realizou dois exames para a doença, e ambos deram negativo.

Também foram infectados o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, e o embaixador Nelson Forster.

VEÍCULO: O Globo

Data: 24/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Um bom exemplo

Rubens Ometto, chefe da Cosan com 45 mil empregados, mandou avisar que não haverá demissões nem a curto, nem a média prazo.

Nem Moisés escapa

Um dos dez mandamentos da economia — o de que a procura sobe com a queda de preços e vice-versa — está sendo desmoralizado pelo novo coronavírus. De sexta, 20 de março, até domingo, dia 22, o consumo de gasolina caiu 47% e o do etanol, 44%. O bizarro é que essa queda brutal do consumo está ocorrendo em paralelo a uma enorme redução dos preços dos combustíveis: só ontem, de 20%.

MME / ASCOM .